

SEU DINHEIRO

Con. Brasil

A ESCOLHA DO PRESIDENTE COLLOR

Celso Ming

O presidente Collor balança agora entre duas propostas diferentes de política econômica. Há a proposta do atual ministro da Economia, Marcílio Moreira e há a do governador da Bahia, Antônio Carlos de Magalhães.

Marcílio veio para fechar o ciclo de choques econômicos e outras invenções, veio para restabelecer o crédito público, tocar para frente a abertura da economia e insistir no ajuste que implica austeridade fiscal e monetária, portanto recessão.

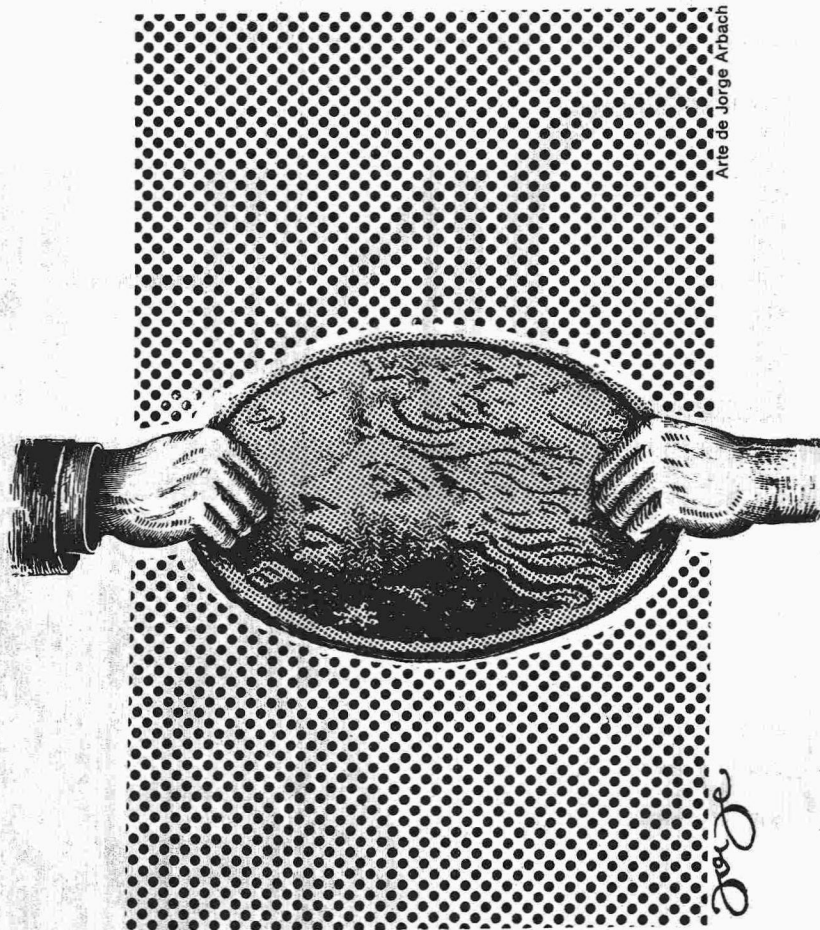
Sem luz no túnel

ACM, na condição de mandachuva do PFL, já deixou bem claro que não está mais disposto a tolerar a estagflação, ou seja, a recessão com inflação alta. E já que não vê resultados na luta contra a inflação, defende logo o fim do sufoco por meio do aumento das despesas do governo, e incentivos novos à produção e à construção civil.

A proposta Marcílio esbarra

com sérios obstáculos. Em primeiro lugar, essa política excessivamente dependente da austeridade monetária, de taxas de juros na lua para o tomador de empréstimos, e nem tanto para o aplicador, já deu o que tinha que dar e, sozinha, não garante o refluxo da inflação. Daí porque ela não pode mesmo ir muito longe sem uma profunda reforma fiscal. Em segundo lugar, essa reforma fiscal depende de vontade política e de disposição do Congresso à austeridade, hipótese em que hoje é difícil apostar. Em terceiro lugar, sem uma política fiscal, Marcílio corre o risco de perder o apoio externo, tanto do Fundo Monetário Internacional como dos credores. E, em quarto lugar, não há como negar um certo cansaço por parte da população brasileira que não tem nenhuma perspectiva de ver a luz ao final do túnel.

A opção do PFL, ainda que não inteiramente formulada, apegase à necessidade de retomada do crescimento econômico



Arte de Jorge Arbach

co e implica uma certa renúncia à política de austeridade monetária. É verdade que já não é mais tão fácil criar moeda como antigamente e que a forte distribuição de verbas esbarra com algum bloqueio orçamentário, cuja chave está em poder do próprio Congresso. Mas não dá para negar que basta querer e ter poder para abastecer-se nos cofres de outra maneira, especialmente por meio do afrouxamento das carteiras de crédito do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Há indícios de que esta última já vem tendo rombos cobertos pelo Banco Central ou por avanços no próprio caixa do Fundo de Garantia.

Seu maior obstáculo seria o inevitável deslanche da inflação que, dentro de curto espaço de tempo, inviabilizaria qualquer crescimento. É como pedir que um enfartado salte do seu leito e dispute uma prova olímpica. Seu limite é o próprio limite de resistência do País à inflação, alguma coisa em torno dos 30 ou 35% ao mês, não muito lon-

ge, portanto, dos números de hoje.

Complicador

A atual crise política complica em vez de simplificar as coisas. Como o presidente da República tornou-se refém de fato do PFL, a proposta de Marcílio guarda algumas características de proposta de oposição. Mas a Oposição propriamente dita não parece disposta a apoiar o passo adiante, ou seja, uma reforma fiscal consistente. Ao contrário, parece apreciar a música que fala do fim do sufoco, de retomada do crescimento, melhores salários e mais empregos.

Diante disso, convém prever os desdobramentos. Não há como jogar fichas na queda imediata da inflação. Se o presidente da República mantiver a política econômica de Marcílio, a tendência é apenas a de que a inflação cresça mais lentamente até que se defina uma vez a crise política. Se preferir acolher os reclamos do PFL, os mercados podem contar com uma boa festa até a chegada da ressaca inevitável.